

A OBRIGAÇÃO DA COLETA DE MATERIAL GENÉTICO COMO MÉTODO DE PENA PERPÉTUA AOS CONDENADOS

THE OBLIGATION TO COLLECT GENETIC MATERIAL AS A METHOD OF LIFE SENTENCE FOR CONVICTED PEOPLE

DÉBORA GUIMARÃES CESARINO¹

Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.
debora.cesarino@hotmail.com

SÉBASTIEN KIWONGHI BIZAWU²

Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.
bizki2011@gmail.com

DOI: [10.5281/zenodo.18248477].

-
1. Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Pós-graduada em Ciências Penais e Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Lattes: [http://lattes.cnpq.br/6262832692812629].

ORCID: [https://orcid.org/0009-0009-6952-2548].

E-mail: debora.cesarino@hotmail.com

2. Pós-doutorado em Democracia e Direitos Humanos pelo *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutor e Mestre em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Ex-Pró-Reitor do Programa de Pós-Graduação em Direito ambiental e desenvolvimento sustentável (PPGD) da Escola Superior Dom Helder Câmara. Atualmente, Pró-Reitor de Intercâmbio e Internacionalização Institucional (junho 2021). Professor de Direito Internacional Ambiental pelo PPGD da Dom Helder Câmara – Escola de Direito. Professor de Direito Internacional Público e Privado. Professor visitante da *Université du Kwango* – UNIK na República Democrática do Congo (RDC).

ORCID: [https://orcid.org/0000-0003-2814-3639].

E-mail: bizki2011@gmail.com

ÁREA DO DIREITO: Processual; Penal

RESUMO: Este artigo objetiva analisar a obrigatoriedade da coleta do material genético pelos condenados por crime doloso praticado contra a vida, contra a liberdade sexual ou com violência grave contra a pessoa. Por conseguinte, fez-se necessário estudar o surgimento dessa determinação legal na legislação brasileira, seu funcionamento em outros países do mundo e sua aplicação pelos tribunais estaduais brasileiros, abordando-se, para tanto, as questões jurídicas e bioéticas envolvendo a coleta e o armazenamento desses dados sensíveis. A metodologia utilizada foi a jurídico-teórica e o procedimento dedutivo, juntamente com a ampla pesquisa exploratória qualitativa baseada em levantamento bibliográfico e documental. Por fim, conclui-se que é inconstitucional a obrigatoriedade do fornecimento desse material pelos condenados, além de ser extremamente importante estabelecer um controle rigoroso do seu uso para garantir proteção as amostras depositadas.

PALAVRAS-CHAVE: DNA – Lei de Execuções Penais – Condenados – Material biológico e genético – Obrigação da coleta.

ABSTRACT: This article aims to analyze the mandatory collection of genetic material by those convicted of intentional crimes committed against life, sexual freedom, or serious violence against a person. Therefore, it was necessary to study the emergence of this legal determination in Brazilian legislation, its operation in other countries around the world and its application by Brazilian state courts, addressing, to this end, the legal and bioethical issues involving the collection and storage of these sensitive data. The methodology used was legal-theoretical and the deductive procedure, together with broad qualitative exploratory research based on bibliographic and documentary research. Finally, it is concluded that the mandatory provision of this material by convicts is unconstitutional, in addition to being extremely important to establish strict control over its use to guarantee protection for the deposited samples.

KEYWORDS: DNA – Criminal Executions Law – Convicted – Biological and genetic material – Collection obligation.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O advento da obrigatoriedade da colheita de material biológico aos condenados no Brasil. 3. O uso do material biológico de suspeitos ou condenados por crimes em outros sistemas jurídicos. 4. A posição atual dos tribunais estaduais brasileiros sobre a temática. 5. Uma solução possível para a (des)obrigação de colheita do material genético. 6. Conclusão. 7. Referências. 8. Jurisprudência. 9. Legislação.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento biotecnológico sofreu um rápido crescimento nas últimas décadas, o que tem proporcionado a criação de novas áreas, como a genética forense. Se por um lado esses avanços ampliaram as áreas de atuação e ajudaram a solucionar alguns crimes, por outro têm exigido maior responsabilidade, ética e empenho dos pesquisadores diante dos conhecimentos gerados e das aplicações das novas técnicas deles advindas.

Como citar este artigo | *How to cite this article:* CESARINO, Débora Guimarães; BIZAWU, Sébastien Kiwonghi.

A obrigação da coleta de material genético como método de pena perpétua aos condenados.

Revista Brasileira de Ciências Criminais – RBCCrim, São Paulo: Ed. RT, v. 213, ano 34, p. 197–218, mar./abr. 2026.

DOI: [10.5281/zenodo.18248477].